



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EMERSON DA PURIFICAÇÃO MOURA

**ESCOLARIDADE COMO FATOR DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

EMERSON DA PURIFICAÇÃO MOURA

**ESCOLARIDADE COMO FATOR DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

EMERSON DA PURIFICAÇÃO MOURA

ESCOLARIDADE COMO FATOR DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 29/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	9
3	OBJETIVOS	10
3.1	GERAL	10
3.2	ESPECÍFICOS	10
4	REFERENCIAL TEÓRICO	10
5	METODOLOGIA	17
6	CRONOGRAMA	19
	REFERÊNCIAS	20
	APÊNDICE	22

1 INTRODUÇÃO

A escolaridade tem se mostrado como um importante indicador das condições de vida da população, sendo que a cada conclusão dos níveis de ensino da população provoca uma nova perspectiva de vida e contribui para um melhor acesso a empregos e bens de consumo e uso comum, que por vezes, se distanciam da realidade das camadas populares e mais desfavorecida economicamente. A escola funciona como um dos elos de articulação para o ingresso no mercado de trabalho, para a ascensão das classes sociais e para a manutenção de privilégios na sociedade brasileira. Como mostra os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), as regiões com maiores índices de desemprego têm déficit de população escolarizada. Não significa que a escola, isoladamente, leve ao pleno emprego, mas a recorrência do cruzamento desse fenômeno (baixa escolaridade x desemprego) tem mostrado ligações em alguns municípios da Bahia.

A baixa escolaridade, de acordo com o IBGE, compreende a população que se encontra fora da escola, ou que se encontra na escola com defasagem relacionada à idade-série¹ (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010). A inadequação aos componentes curriculares da escola pode provocar o distanciamento do indivíduo com o espaço escolar, ou a não conclusão do período letivo, o que aponta para o problema de dificuldade de aprendizagem como um dos fatores que contribuem para a evasão escolar. A escola pode sofrer no jogo das prioridades, em que famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem valorizar imediatamente o trabalho para subsistência em detrimento da educação (RAPOPORT; SILVA, 2013, p. 10), e isso pode ser recomendado, ou imposto, aos filhos, como forma de garantir a subsistência familiar. Por outro lado, segundo Andrea Rapoport e Sabrina da Silva, partindo do pressuposto que a educação é fundamental para o exercício da cidadania, dentro de comunidades em condição de vulnerabilidade precisa existir pessoas escolarizadas para exercerem sua cidadania e pleitear os direitos de sua comunidade (2013, p. 3).

Na contemporaneidade, a escolaridade apresenta-se como mecanismo para melhoria de vida e atenuação das condições de vulnerabilidades sociais. As

¹ É um termo usado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para destacar os estudantes em idade escolar que não estão na série a que corresponde a sua idade.

oportunidades de acesso aos bens e serviços da sociedade possibilitam que determinado grupo ou família se situe em um estágio menor de vulnerabilidade. A educação básica se enquadra na categoria de bens e serviços comuns a todos e essencial para o desenvolvimento da sociedade, e como principal instrumento de ascensão social oferecido pelo Estado (RAPOPORT; SILVA, 2013, p. 2). Sendo um bem social, o Estado tem o dever de ofertá-la a todas e todos, com a mesma qualidade.

Dentro das pesquisas relacionadas à escolaridade, é recorrente o uso do conceito de vulnerabilidade social de forma a justificar os baixos índices de escolaridade, como também apontando os índices de escolaridade como um dos fatores causais dos riscos sociais que se encontram determinadas populações. A origem social dos jovens incide sobre seu processo de escolarização (ALMEIDA e STOCO, 2011, p. 2) de modo a colocar a dimensão sócio-demográfica em destaque na relação escola-vulnerabilidade social. O estudo da condição social relacionada à educação se expande ao longo do tempo com tentativas de identificar as relações existentes entre ambos os campos, e desvelando a recorrência desses fenômenos na sociedade em geral.

Partindo do cruzamento das variáveis apresentadas, a cidade de São Francisco do Conde apresenta características relevantes para analisar a relação existente entre escolaridade e vulnerabilidade social. O município está situado no Recôncavo Baiano e pertence à Região Metropolitana de Salvador, possui uma população estimada em 33.183 habitantes (IBGE 2010), e o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) está na marca de 0,674 (2010). Os índices que darão base à pesquisa são o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, seguido dos índices de escolaridade e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Como a educação é um componente do Índice de Desenvolvimento Humano, servirá de instrumento de análise para entender os problemas educacionais encontrados no município que acabam por refletir nos índices alcançados pelo município em outros indicadores sociais.

A educação em São Francisco do Conde teve crescimentos percentuais, segundo dados do IBGE (2010), entretanto, jovens de diferentes faixas etárias se encontram em defasagem em relação a idade-série. Esse problema se agrava entre os adolescentes, em que boa parte dos jovens que deveria estar no ensino médio ainda se encontra em séries intermediárias da segunda etapa do ensino

fundamental. Os índices de educação mostram os dados da população através de pesquisas censitárias e testes padronizados realizados pelo Estado, porém, seria necessário associar esses dados a fatores sócio-demográficos da população franciscana para entender quais são os obstáculos enfrentados na trajetória escolar da população jovem da cidade.

Tabela 1 - Conclusão dos níveis de ensino por grupos de idade São Francisco do Conde, 2010

Conclusão dos níveis de ensino por grupos de idade			
São Francisco do Conde, 2010			
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	% de 18 a 24 anos com fundamental completo	% de 18 a 20 anos com médio completo	% de 18 a 24 anos com médio completo
41,67%	65,36%	33,02%	39,36%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Segundo os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Tabela 1), apenas 33,02% dos jovens conseguiram concluir os níveis de escolaridade do ensino básico e cerca de 39,36% dos jovens estão com atraso de 2 anos ou mais, relacionado a idade-série recomendados pelas diretrizes do ministério da educação do país. Os indicadores mostram um sério problema na educação do município, e caso os índices continuarem a crescerem teremos cada vez menos estudantes concluindo o ensino médio, com uma conseqüente maioria de jovens ingressando no mercado de trabalho ocupando cargos de baixa remuneração e que exigem pouco nível de instrução. A exemplo disso, São Francisco do Conde possui 55,25% de jovens trabalhando com apenas o ensino fundamental completo, enquanto os jovens que trabalham e possuem o ensino médio completo ficam em torno de 36,51% (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010). Para trazer alguns parâmetros ao leitor, iremos olhar a realidade do Brasil, em que cerca de 57,24% dos jovens de idades entre 15 a 17 anos possuem o ensino fundamental completo; e que 41,01% dos jovens de idades entre 18 a 20 anos possuem o ensino médio completo (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010). Os dados demonstram que a

realidade de São Francisco do Conde não está distante do cenário nacional, o município se encontra ligeiramente abaixo da média nacional, porém os dados preocupam e precisam ser analisados minuciosamente para entendermos os empecilhos da educação franciscana para o alcance de uma escolarização que contemple a formação em todas as séries do ensino básico² para a maior parte da população jovem da cidade.

Outro importante aspecto a ser analisado na pesquisa, é o envolvimento da gestão municipal com as questões relacionadas à educação. O município dentro de suas atribuições legais tem autonomia para desenvolver ações em forma de políticas públicas para mitigar as problemáticas tanto de vulnerabilidade social da população, como da qualidade da educação da rede pública. Em muitos casos, as ações do poder público são decisivas para transformar o panorama de uma região. E dessa forma, quando existe um comprometimento da gestão municipal e uma mudança nas estruturas de gerir as políticas públicas educacionais a transformação do cenário atual é mais eficaz, selando um pacto entre a gestão municipal e a comunidade escolar, com a participação de professores, pais, estudantes e comunidade ao entorno.

O presente estudo irá se basear nas aproximações entre escolaridade e vulnerabilidade social na tentativa de descobrir e sistematizar a relação de ambas as esferas no território de São Francisco do Conde. Buscando entender o porquê dos baixos índices de conclusão do ensino médio nos últimos 5 anos, e a porcentagem considerável de atraso em relação a idade-série entre os jovens de São Francisco do Conde nessa etapa da vida escolar. E por fim, investigar e analisar as políticas públicas educacionais em vigor no município.

² A educação básica, no Brasil, compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem duração ideal de dezoito anos. É durante este período de vida escolar que toma-se posse dos conhecimentos mínimos necessários para uma cidadania completa. Serve também para tomada de consciência sobre o futuro profissional e área do conhecimento que melhor se adapte (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_b%C3%A1sica. Acesso em: 10/08/19).

2 JUSTIFICATIVA

Como cidadão franciscano e egresso do ensino médio da rede pública, sempre entendi a importância de estar me formando na educação básica e adquirir aquele grau de escolaridade. Mas ao mesmo tempo em que estava realizado com a minha conquista, estava preocupado com amigos e colegas que em meio à trajetória abandonaram a escola por variados motivos. Até na comunidade em que resido, percebo alguns vizinhos colocando a escola em segundo plano para trabalhar no mercado informal, e alguns colegas se desmotivaram com o fato de não obterem êxito na conclusão dos períodos letivos que cursaram.

Ao ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e ao ter contato com diversos componentes curriculares que abordaram temas relacionados com a importância da escolaridade, me identifiquei com a causa e decidi mergulhar nos dados da minha cidade para entender o que se passa no processo educacional. O presente estudo tem motivações pessoais, e apresenta relevância social porque irá propor uma investigação que poderá resultar em uma tentativa para entender o processo de escolarização de São Francisco do Conde. Os esforços serão voltados para analisar os dados de conclusão de ensino fundamental e ensino médio, e assim entender as possíveis causas dos baixos índices de conclusão dos níveis escolares entre os jovens de São Francisco do Conde.

Essa pesquisa não dará conta de esgotar a temática, muito pelo contrário, é uma tentativa de aproximar os debates acadêmicos da realidade de São Francisco do Conde, pensando a cidade a partir de suas vulnerabilidades, em especial a baixa escolaridade de uma porcentagem expressiva da população, particularmente, a jovem. A necessidade dessa pesquisa é justamente contribuir com os estudos de vulnerabilidade social do município, visto que existem poucos trabalhos analisando a baixa escolaridade como fator de vulnerabilidade social na cidade. E a partir da análise aprofundada poderemos traçar o perfil dos estudantes e entender as causas que compõe os baixos índices de conclusão dos níveis da educação básica.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender a relação existente entre a baixa escolaridade e a vulnerabilidade social, tomando como referência o município de São Francisco do Conde.

3.2 ESPECÍFICOS

- Entender sociologicamente as categorias escolaridade, vulnerabilidade social e políticas públicas educacionais.
- Investigar as políticas públicas voltadas para a educação, vigentes no município de São Francisco do Conde.
- Analisar os dados referentes aos índices de escolaridade do ensino médio do município de São Francisco do Conde, nos últimos 5 anos.
- Averiguar como o êxito escolar está associado com às condições de igualdade e desigualdade da população.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação sempre foi um importante campo de estudo, e que cada vez abre mais possibilidades para se fazer conexão com uma nova dimensão da vida em sociedade. Nos últimos anos, diversos estudos sobre educação têm se voltado a entender as relações desenvolvidas entre a escolaridade e a vida social da população, bem como a qualidade da educação pública associada ao território, e ainda a escolaridade como mecanismo de ascensão social, dentre muitos outros estudos. Desta forma, percebemos a complexidade que envolve o campo educacional e de como este é importante para entender como a sociedade funciona. Entretanto, os baixos índices educacionais têm ganhado notoriedade nas pesquisas e em estatísticas, reforçando as desigualdades sociais e a exclusão de parcelas da população do acesso aos bens e serviços do Estado, como podemos constatar ao

verificarmos os dados de escolaridade para a população de São Francisco do Conde.

Segundo Felipe Rios, Francis Sales e Rogério Freitas (2014, p. 79), a educação é uma importante ferramenta que leva os indivíduos a acessarem os direitos que compõe o estatuto da cidadania, é imprescindível que os cidadãos estejam cientes e fazendo uso de seus direitos de maneira a diminuir os empecilhos impostos pelo sistema. A partir da globalização, e, conseqüente, modernização das cadeias produtivas, o mercado de trabalho tem exigido níveis cada vez mais altos de escolarização, sendo o diploma de ensino médio uma espécie de chave de acesso à boa parte das profissões contemporâneas, como nos aponta Sônia Sampaio (2011, p. 29).

Os debates são extensos acerca do vínculo que a educação estabelece com o mercado de trabalho e com a máquina produtiva do capital. O filósofo István Mészáros, em sua obra *“A educação para além do capital”*, adverte que a educação institucionalizada serve aos interesses do capital de maneira a fornecer os conhecimentos necessários apenas para a própria cadeia produtiva (e maquinaria) do capital, como para legitimar, através da internalização (aceitação consciente ou inconsciente), valores sociais dominantes que servem à ordem estrutural da sociedade de manutenção dos privilégios e perpetuação da subjugação de uma classe hegemônica em detrimento das classes populares (MÉSZÁROS, 2014, p.35). E toda essa lógica de sociedade – que valoriza um modelo de educação servil ao capitalismo –, é nociva às classes populares que precisam ir de encontro à subalternização pelo sistema do capital e, além de tudo isso, ter que lutar em busca de uma ascensão social negada pela estrutura social e pela educação formal brasileira.

Ainda segundo Mészáros (2014), as instituições formais de educação são extremamente importantes para os interesses do sistema capitalista, pois sua função é internalizar na mente dos indivíduos os valores e “o lugar de cada um” na estrutura de classes sociais vigente. Independe o tempo que o indivíduo passou estudando no sistema formal de educação, porém, em algum grau ele foi induzido a aceitar piamente os “princípios reprodutivos orientadores dominantes” da sua sociedade, de maneira que tais princípios lhes serão inquestionáveis, ao passo de criar uma sensação de conformidade e consenso. As conformidades individuais são ferramentas de perpetuação do sistema do capital, e ao longo do tempo e de cada

geração a impressão é de que o capital e suas obras são inquebráveis. É a partir desse diálogo esclarecedor que Mészáros (2014) ressalta sobre a necessidade de se quebrar com a lógica do capital, que pode ser feita mediante a ruptura com a internalização perpetrada pelas atuais instituições formais de educação, como também pela tomada de consciência coletiva – que levará ao questionamento dos valores dominantes que foram impostos – e por uma ação coletiva e determinante com o objetivo de quebrar com todos os princípios e valores que aprisionam a sociedade ao capital.

Alguns estudos apontam que em territórios com maiores índices de vulnerabilidades sociais, as instituições escolares tendem a oferecer menores qualidade de ensino e poucas oportunidades educacionais. E como consequência disso, os estudantes atendidos por essas escolas obtêm índices baixos nos testes padronizados que medem o desempenho dos alunos – é necessário lembrar que se trata de dados estatísticos, como sinalizado por Ribeiro e Vóvio (2017, p. 76). A dúvida que surge nessa altura da análise é: quem são essas pessoas que vivem em territórios com altos índices de vulnerabilidades sociais? Geralmente, as pessoas que residem nesses territórios são aquelas que estão em certo grau afastadas do capital cultural dominante (SAMPAIO, 2011).

Dentro da sociedade alguns padrões culturais são colocados como superiores para fazer distinção com o que é considerado como cultura inferior, como as superstições, as crenças populares, etc. Não por acaso, os valores culturais considerados superiores são pertencentes à elite, aos grupos hegemônicos, aos brancos de origem europeia, como queiram chamá-los. Em contrapartida, os valores culturais tachados como inferiores pertencem aos grupos populares, não hegemônicos. Com essa rápida caracterização, é notório a maneira como a sociedade é estruturada, no sentido de propiciar a legitimação dos valores eurocêntricos como sendo naturalmente superiores aos demais, provocando o acesso aos espaços de privilégios a todos os representantes dessa elite, racialmente branca. Essa dinâmica de imposições de valores culturais arbitrários de um grupo, como sendo a verdadeira e inquestionável organização cultural, é o que Pierre Bourdieu chama de violência simbólica (NOGUEIRA, M.; NOGUEIRA, C., p. 38). As populações que não se enquadram nos parâmetros dominantes têm diversos desafios que se apresentam como obstáculos ao acesso às melhores condições de vida, ao emprego, saúde, infraestrutura, educação de qualidade, entre outros. É

nesse contexto que as vulnerabilidades sociais podem atrapalhar a emancipação do sujeito, no entanto, uma educação que possa suprir as necessidades dos/as cidadãos/ãs com políticas públicas atreladas ao processo de escolarização, poderá contribuir para a mitigação das barreiras emancipatórias e viabilizará uma melhoria no quadro educacional e social dessas populações. Trazendo um pouco de percepção prática ao debate, a professora Jucemilda Freitas³ argumenta: “Alguns estão com pais desempregados, muitos não têm uma boa alimentação. Como é que você vai ter vontade de obter conhecimento com fome, trazendo a carga emocional dos problemas de casa?”.

A rede de ensino do município de São Francisco do Conde é composta por 41 escolas de ensino fundamental, 2 escolas de ensino médio, contendo 257 docentes no ensino fundamental e 55 no ensino médio, segundo dados do IBGE (2018). O fluxo de matrículas no ensino fundamental é de 5.709, e no ensino médio de 1.390 matrículas em 2018 (IBGE, 2018). Ao analisar os dados do IBGE, percebemos que o fluxo de matrícula no ensino fundamental é substancialmente superior ao número de matrículas no ensino médio, isso nos leva a especulações do tipo: “para onde vão esses estudantes após o ensino fundamental?”, “será que eles ainda se encontram no fundamental sem conseguir avançar de ano?”, ou talvez, “será que os egressos de ensino fundamental vão para o mercado de trabalho e abandonam a carreira escolar, sem concluir o ensino médio?”. As perguntas são muitas, e através de pesquisas meticulosas poderemos encontrar ou se aproximar de alguns dos motivos pelos quais o fluxo de ingressos no ensino médio é tão baixo.

³ Professora do Instituto Municipal Luiz Viana Neto, em São Francisco do Conde, em entrevista cedida ao jornal A Tarde em 21/07/2019.

Fotos 1 e 2 - Colégio Estadual Martinho Salles Brasil - R. Rodolfo Tourinho, s/n - Centro, São Francisco do Conde



Foto 3 - Instituto Municipal Luiz Viana Neto - Praça da Bandeira – Centro, São Francisco do Conde



Foto 4 - Escola Frei Eliseu Eismann - Rua do Espírito Santo – Centro, São Francisco do Conde



Foto 5 - Centro Educacional Joaquim Alves Cruz Rios - Rua Manoel do Amaral – Pitangueira, São Francisco do Conde



Foto 6 - Escola Municipal Antonina Olímpia Pessoa da Silva - Fazenda Roseira – Porto de Brotas, São Francisco do Conde



Para fomentar cada vez mais a melhoria na qualidade da educação institucionalizada e incluir cada vez mais os jovens na escola, é fundamental a promoção de políticas públicas que estimulem e assegurem que os estudantes tenham as condições necessárias para continuarem seus estudos. Em um município em que as oportunidades de emprego são extremamente baixas – dados do IBGE apontam que apenas 24,4% da população franciscana se encontra ocupada (2017) –, talvez os jovens precisem se submeter a trabalhos pouco valorizados, com remuneração incompatível e, se atrelado à não conclusão dos níveis de ensino básico, as condições de ascensão social podem ser desafiadoras. Por isso se tornam necessárias políticas públicas que se utilizem de ferramentas para suprir as necessidades básicas desses estudantes e assegurarem uma formação plena e de

qualidade. A professora Nilma Lino Gomes faz menção ao autor Joaquim B. Barbosa Gomes em seu artigo, em que define:

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego (2017, p.45).

Em entrevista ao atual secretário de educação do município de São Francisco do Conde, professor Marivaldo do Amaral, podemos entender o envolvimento da gestão municipal com o que tange à educação escolar da cidade. Segundo o secretário, o eixo principal de atuação da gestão tem sido fomentar a melhoria da qualidade de educação, promovendo a formação continuada dos servidores públicos como os/as professores/as, coordenação pedagógica, equipe gestora (diretor/a, vice-diretor/a, assistentes) e profissionais mais diversos da Secretaria de Educação. E como estratégias diretas ao estudante, a Secretaria de Educação tem buscado diversificar os espaços e as estratégias de educar, utilizando o viés arte-educação, o fomento à leitura, a aproximação dos estudantes com a cultura e história do Recôncavo da Bahia e políticas públicas visando a mitigação da evasão escolar no município.

Outras medidas adotadas na gestão, é a construção de uma nova proposta curricular da educação do município que tem sido feita de maneira a proporcionar um modelo educacional que se aproxime do estudante nos conteúdos e nas práticas pedagógicas. Segundo o professor Marivaldo, a nova proposta curricular tem mobilizado professores, o corpo técnico da rede de educação e a população local para deixar o projeto com a “cara de São Francisco do Conde” e trazer “uma nova concepção que casa com a educação libertadora, emancipadora e que dá aos cidadãos desse município a condição de construir o seu próprio futuro”. Ao ser questionado sobre os investimentos que tem sido feito pela Secretaria na rede municipal de educação, o secretário afirmou que boa parte dos recursos advém de receita própria do município, e que os recursos do FUNDEB⁴ não conseguem ao

⁴ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

menos sustentar a folha de pagamento dos professores. O município investe 25% de toda a receita no Fundo Municipal de Educação. E por fim, o professor nos adverte que “é claro que, as políticas públicas em educação ajudarão muito, mas não serão as únicas suficientes”.

As políticas públicas educacionais são de extrema importância, mas serão eficientes se atreladas a outras formas de desenvolvimento⁵, porque se considerarmos a complexidade que envolve os estudantes do município ficará evidente que as diversas esferas da vida cotidiana interferem na escolarização e educação desses jovens. Precisamos interferir na realidade atual e mobilizar esforços para produzir estudos afim de entender os riscos e implicações que incidem sobre os estudantes e a população em geral no município, para que depois, de pesquisas e de um entendimento amplo sobre a realidade, possamos dar mais um passo para a mitigação das vulnerabilidades sociais, e para a superação da precarização da educação pública como um todo, e nesse caminho será possível a melhoria das condições atuais.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa será de caráter exploratório. Um estudo exploratório, de acordo com a definição de Antônio Gil, tem como objetivo:

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (2002, p. 41).

Desse modo, os dados e as reflexões abordadas terão o objetivo de desvelar um problema específico do município de São Francisco do Conde, e num futuro próximo, subsidiar a elaboração de políticas públicas que possam ser pensadas a

⁵ O Programa “Educa Chico” e o Programa de Acolhimento Social – PAS, são políticas públicas desenvolvidas em São Francisco do Conde na tentativa de provocar uma diminuição nos índices de evasão escolar, como também, promover uma melhoria na distribuição de renda de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo (Fontes: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/educa-chico/>; <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/pas-completa-cinco-anos-nesta-quinta-feira-8-transformando-a-vida-de-mais-de-5-mil-familias/>. Acesso em: 14/09/2019).

partir da realidade apresentada pelos indicadores e análises que o presente projeto de pesquisa pretende levantar sobre a escolaridade no município, e, assim contribuir, para a mitigação das vulnerabilidades sociais presentes no território. O método utilizado será o qualitativo, uma vez que irá tratar de questões subjetivas, como por exemplo, as causas decorrentes da baixa escolaridade no município, assim como as possíveis aproximações das categorias escolaridade e vulnerabilidade social, por meio da coleta de depoimentos e narrativas sobre as experiências de estudantes e docentes da rede escolar de São Francisco do Conde. Segundo Tatiana Gerhardt e Denise Silveira, “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Poderão também ser utilizados como forma de complementar a análise, dados quantitativos, oriundos de pesquisas censitárias, que serão úteis para a caracterização da rede, como também para avaliar o desempenho do município na dimensão da escolarização. Os dados estatísticos e numéricos serão usados apenas de caráter comprobatório das afirmações e realidades, as quais o estudo pretende se debruçar. No entanto, o estudo não pretende levantar, ou produzir dados estatísticos ou numéricos.

Para a elaboração da pesquisa, primeiramente, serão revisados os conceitos teóricos mediante levantamento bibliográfico e documental, buscando artigos, teses, livros e pesquisas que tenham estudado o fenômeno e que tragam alguns fundamentos para possibilitar uma inserção no tema de acordo com o que se tem estudado sobre o assunto. O levantamento bibliográfico e documental, têm a sua importância pois auxilia o entendimento dos termos empregados e serve, também, para situar o leitor sobre qual linha de pensamento/análise estamos trabalhando.

Em seguida, será executada uma pesquisa com os mais variados gestores da rede de ensino, como diretores (as), coordenadores (as), secretários (as), etc., para mapear a maneira como esses profissionais enxergam e lidam com as problemáticas no que tange à educação do município. Por fim, serão produzidas análises, em forma de artigo, abordando todos os dados colhidos e sistematizando as ideias, como tentativa de entender o cenário educacional do município e provocar uma espécie de “despertar” para que a educação possa trilhar rumo à uma melhoria contínua baseada nas necessidades dos seus educandos.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **São Francisco do Conde**. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-francisco-do-conde_ba Acesso em: 13/08/2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São Francisco do Conde**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama> Acesso em: 13/08/2019.
- CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. Disponível em <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf> Acesso em: 26/10/2018.
- GERHARDT, Tatiana Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**. [S.l.], v. 9, p. 38-47, dez., 2002. ISSN 2317-2096. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296> Acesso em: 17 ago. 2019.
- _____. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MALVASI, Paulo Artur. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. **Interface [online]**. Botucatu-SP, vol.12, n.26, pp.605-617, jul./set., 2008.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Site, 2010. Disponível em <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> Acesso em: 16/08/2019.
- RAPOPORT, Andrea; DA SILVA, Sabrina Boeira. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista educação em rede: formação e prática docente** - ISSN 2316-8919, [S.l.], v. 2, n. 2, abr. 2013. ISSN 2316-8919. Disponível em <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410> Acesso em: 11/03/2019.

RIBEIRO Vanda Mendes; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 33, Edição Especial n. 2, p. 71-87, set., 2017.

RIOS, Felipe Vieira Pena et al. Desempenho escolar e vulnerabilidade social: análise espacial dos resultados do ideb das escolas de ensino fundamental ii do município de belo horizonte. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**. [S.l.], v. 9, n. 11, p. 79-87, maio, 2015. ISSN 2359-0017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/9508> Acesso em: 16 ago. 2019.

SAMPAIO, SMR., org. Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]**. Salvador: EDUFBA, pp. 27-51, 2011. ISBN 978-85-232-1211-7.

SANTOS, Bruno Luiz; AGUIAR, Roberto. **Especial Olhar Cidadão: Ideb baixo é problema em São Francisco do Conde**. A Tarde, 2019. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/2076787-especial-olhar-cidadao-ideb-baixo-e-problema-em-sao-francisco-do-conde> Acesso em: 23/07/2019.

STOCO, Sergio; ALMEIDA, Luana Costa. Escolas municipais de Campinas e vulnerabilidade sociodemográfica: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol.16, no.48, pp. 663-814, set./dez., 2011.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista na SEDUC – São Francisco do Conde

Emerson da Purificação Moura

Na oportunidade estarei entrevistando o secretário de educação do município de São Francisco do Conde.

Estarei fazendo quatro perguntas ao secretário e anotando os pontos principais da nossa conversa.

1. Quais são as políticas públicas voltadas para a educação que o município tem implementado?
2. Ao analisar os índices de conclusão dos níveis de escolaridade, que constam no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, percebi que em 2010 a porcentagem de estudantes que conseguiu concluir os ensinos fundamental e médio eram pouco satisfatórias. O que o município tem feito para contribuir com o aumento dos índices de conclusão de escolaridade?
3. Quais são as responsabilidades fiscais/orçamentárias de financiamento da educação sobre a responsabilidade do município?
4. Os indicadores atuais de educação do município podem apontar para uma futura vulnerabilidade social da população estudantil de São Francisco do Conde?